Editais nº 1544319
Disponibilização: 26/06/2025
Publicação: 26/06/2025

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150

PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 128249665

ATA DE REUNIÃO Nº 51

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2025

Participantes Governo: Karen Barbosa (SMDHC), Julia Cury (SMSUB), Thais Silva Santos (SMADS), Thiago Fijos (SME), Silvana Ferreira Gomes (SMS)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, André Aio, Gisele Abreu.

Participantes Organização Social: Cleiton Ferreira (É de Lei),

Convidado: Roberta Cristina (SMDHC) Daniela Santiago (SMDHC), Cris Silva (MNPR), Lais Diogo Costa (SMDHC), Karina, Tião.

Às 15:15 horas do dia 28 de maio de 2025, via Teams, reuniram-se os presentes participantes citados acima.

A reunião teve início com Karen informando que aguardava a presença de outras secretarias, especialmente a **SMADS**, devido demandas da reunião anterior e denúncias pendentes.

Maria, por sua vez, levantou a questão de que as reuniões estariam sendo “escondidas” e sem aviso prévio, mencionando a participação de Beatriz Clemente como exemplo. Karen rebateu, esclarecendo que as reuniões e convocações são enviadas por e-mail e que o link de acesso é sempre o mesmo, ocorrendo toda última quarta-feira do mês, com a temática da reunião sendo o único elemento a variar.

Alex, no entanto, reforçou o questionamento sobre a suposta ocultação das reuniões.

Karen pediu desculpas aos participantes, reiterando que as alegações de Alex e Maria sobre as reuniões serem escondidas eram inverídicas, pois as convocações com o link de acesso são divulgadas, bem como, fornecidos através do site da SMDHC.

Alex então declarou que levaria o caso ao Ministério Público, citando Luiza Quirino em apoio à sua posição.

Gisele, conselheira, interveio, explicando que na SMDHC, as reuniões ordinárias informam as datas das reuniões de zeladoria e do Comitê PopRua.

Alex, em resposta, acusou Karen de mentir e de tentar silenciar Maria. Rebateu Gisele, alegando que ela estava "passando pano" para Karen.

Conselheira Gisele solicitou a exclusão de ambos da reunião por impedirem o prosseguimento dos trabalhos.

Em consequência, Karen precisou remover Maria e Alex da reunião por não permitirem que os demais participantes se expressassem respeitando inscrições de falas.

André Aio foi o primeiro inscrito a se manifestar, abordando uma denúncia trazida por Alderon na reunião anterior: a utilização de spray de pimenta contra pessoas em situação de rua durante ações de zeladoria. André questionou se tal ocorrência era verídica e, em caso afirmativo, os motivos por trás de tal ação, solicitando um retorno do representante da **SMSUB**. Ele classificou a denúncia como grave, pois viola o decreto de zeladoria urbana. Mencionou também uma reportagem no SPTV1 que mostrou a Polícia Militar acompanhando uma ação de zeladoria urbana onde, segundo ele, o decreto foi violado novamente. André detalhou que nessa ação, pertences pessoais de pessoas em situação de rua foram retirados na região do Minhocão, incluindo cobertores, o que é especialmente cruel considerando o frio. Ele enfatizou que tal prática é desumana e contrária ao decreto, e que as abordagens da zeladoria não estão cumprindo as normas estabelecidas. Por fim, André argumentou que se o decreto não está sendo cumprido, a subprefeitura deveria ser responsabilizada ou punida, já que a remoção de itens essenciais para a sobrevivência mínima é expressamente proibida.

A resposta de Julia a André via chat da reunião é a seguinte: Sobre o caso da notícia que saiu no sptv1, normalmente os responsáveis por essas ações são a CET e a Secretaria de Mobilidade Urbana, então não tenho conhecimento do caso, mas verificarei melhor e se for o caso peço que seja informado em outras reuniões ou por outro canal de comunicação.

Sobre os casos de ação de Zeladoria, no momento o Érico, que estava tratando sobre esse caso, está de férias. De qualquer forma, para que possamos verificar e responsabilizar os envolvidos é necessário que nos seja informado os locais que estão acontecendo essas irregularidades. Para que não tenhamos que esperar a próxima reunião do Comitê, temos o email atendimento.municipe@smsub.prefeitura.sp.gov.br onde recebemos todo tipo de informações, e assim podemos direcionar ao setor responsável

Karen chama Thais e pergunta se existem algum retorno sobre a reunião anterior, das denúncias e os encaminhamentos e informa que enviou a Ata anterior que menciona encaminhamentos e de que era de responsabilidade de SMADS e passa a palavra para a mesma

Thaís relatou que estava com problema na saída de áudio do computador dela via chat e Karen mencionou, que ela iria reiniciar o computador e já voltaria.

Karen informa que Tião estava presente na reunião e havia enviado um questionamento sobre onde está o CRAS Santa Cecilia e que André havia respondido, ela então perguntou sobre o local, informando que se tratava do CREAS Pop Santa Cecília, e André respondeu que estava funcionando na Avenida Norma Perontini, perto do Boraceli. Karen então questionou se não era isso, e André confirmou.

Karina relatou que a internet dela havia apresentado instabilidade e que gostaria de obter informações sobre a SMADS, pois a situação estava muito incerta para todos ali. Ela explicou que estava no Auxílio Reencontro, assim como a Cris, a Vitória, a família da Kauane e a família da Danielle. Também mencionou que Suelen estava no mesmo auxílio.

Segundo Karina, a situação era bastante incerta, pois em alguns momentos os proprietários demonstravam interesse em retomar os apartamentos, alegando que não queriam mais ninguém nos imóveis. Ela comentou ainda que haviam recebido informações de que a Diagonal estava saindo, o que só aumentava a sensação de insegurança. Além disso, relatou que havia pendências que não estavam sendo resolvidas, embora fossem constantemente cobradas pelos responsáveis. Karina destacou problemas estruturais, como uma caixa d'água aberta e uma lixeira que ficava trancada, com a chave em posse de apenas uma pessoa, deixando os moradores à mercê dessa situação. Ela reforçou que todos ali precisavam de respostas por parte da Smiles e de um local digno para viver. Segundo Karina, o desejo não era apenas morar temporariamente, mas criar raízes, colocar os filhos na escola e garantir estabilidade, sem a constante necessidade de mudar de um lugar para outro. Ela finalizou agradecendo à Karen.

Karen afirmou que a questão do não cumprimento do decreto por parte das subprefeituras pode e deve ser questionada novamente. Ela ressaltou que é importante discutir o que pode ser feito pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania nesse contexto. Segundo Karen, está previsto no próprio decreto que a Secretaria promova formações em zeladoria urbana, e, nesse sentido, já foram enviados ofícios a todas as subprefeituras. Ela explicou que as subprefeituras têm agendado essas formações, e que já foram realizadas ações nas regiões do M'Boi Mirim, Zona Leste e São Miguel Paulista. Karen destacou que essas ações são uma retomada das formações que já vinham sendo feitas em anos anteriores. Ainda segundo ela, há dificuldades para que todas as subprefeituras agendem prontamente, mas, até o momento, cerca da metade já realizou o agendamento. Em relação à atuação do SEAS em conjunto com as subprefeituras, Karen esclareceu que cada subprefeitura tem uma forma diferente de contato com o SEAS, sendo responsabilidade da própria subprefeitura criar esse vínculo com o serviço da sua região. Ela reforçou que o SEAS deve realizar visitas antes mesmo das ações de zeladoria urbana acontecerem, principalmente nas ações que são solicitadas por meio da Ouvidoria ou do 156. Karen mencionou que a Secretaria tem recebido relatórios do SEAS que são enviados às subprefeituras, e algumas delas compartilham esses documentos com a equipe da Secretaria, o que ajuda no acompanhamento das ações.

Por fim, ela orientou que, nos casos em que for identificado o descumprimento do decreto, é essencial que sejam apresentados dados específicos, como o nome da subprefeitura, data, horário e natureza da ação. Essas informações detalhadas permitem que a Secretaria dê continuidade a eventuais denúncias e cobre providências de forma adequada.

André Aio agradeceu o esclarecimento anterior, mas reforçou que gostaria de fazer uma pergunta breve e sugestiva. Ele destacou que entende que o papel do conselho é fiscalizar a política nacional e municipal voltada à população em situação de rua.

Segundo André, se há subprefeituras ou secretarias que não estão cumprindo um decreto municipal, como tem ocorrido, por exemplo, com a Subprefeitura da Sé, isso deveria ser considerado passível de punição ou, ao menos, de um chamado formal para esclarecimentos. Ele afirmou que essas situações de descumprimento não são recentes e que a Subprefeitura da Sé tem atuado de forma truculenta nas ações, contrariando as diretrizes do decreto vigente.

André reiterou que o conselho precisa exercer sua função de fiscalização, especialmente diante de ações como essas, que afetam diretamente a população em situação de rua. Para ele, é necessário convocar os responsáveis para prestar esclarecimentos e garantir que o decreto municipal seja efetivamente cumprido

Karen afirmou que iriam alinhar todos os pontos com os representantes das subprefeituras e, a partir disso, avaliar como direcionar melhor o encaminhamento das questões. Em seguida, ela passou a palavra para Cris Paiva

Cris Silva, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de se expressar e se identificou, mencionando que acredita que todos já a conhecem. Ela ressaltou que a reunião estava tratando da questão da zeladoria, tema que já havia sido abordado por Karina. Cris destacou que, assim como outras situações de zeladoria, o movimento também estava lidando com dificuldades no espaço onde se encontra, um prédio locado pela Diagonal no Itaim Paulista. Ela mencionou que estavam enfrentando sérios problemas no local, com famílias passando por situações críticas. Ela fez um convite aos conselheiros para que visitassem o prédio pessoalmente, a fim de conversar com cada família e entender melhor a situação. Cris enfatizou que, há meses, as famílias estavam aguardando o retorno da Diagonal para saber se a situação seria resolvida, e lamentou que muitas estivessem sofrendo devido à falta de respostas.

Cris relatou diversos tipos de violações de direitos humanos ocorrendo no local, incluindo insegurança alimentar, problemas de moradia, como pessoas dormindo no chão e outras com o teto desabando. Ela pediu ajuda, solicitando que os conselheiros visitassem o local para conhecer a realidade de perto, oferecendo-se para fornecer o endereço caso fosse necessário. Cris finalizou sua fala ressaltando a urgência da situação, pois muitos ali estavam em situação de vulnerabilidade, incluindo aqueles que foram para a rua. Cris Silva reforçou o convite para que todos os conselheiros venham conhecer pessoalmente o local e conversar com cada família. Ela se comprometeu a deixar o endereço no chat, garantindo que os conselheiros possam

visitar o prédio e entender a situação de perto. Cris concluiu pedindo que todos considerem a oportunidade de vivenciar essa realidade e se engajarem com as famílias afetadas. Endereço deixado no chat: Rua Coaracy, 227 – Itaim Paulista. Próximo à estação de trem.

Gisele Abreu iniciou sua fala relatando que presenciou o descaso em relação à solicitação de vagas para mães em situação de vulnerabilidade, especialmente uma mãe com cinco crianças que ficou uma semana na rua. Gisele destacou que a solicitação feita foi para uma vaga, mas a resposta foi insatisfatória. Ela questionou como a situação estava sendo tratada e mencionou a situação no bairro da Sé, onde as denúncias de moradores indicam que as vagas não estão sendo disponibilizadas, apesar da necessidade urgente. Gisele frisou que, se uma pessoa deseja sair da rua e solicita uma vaga, ela deve ser atendida, mas, recentemente, as vagas estavam sendo negadas com a justificativa de que não havia disponibilidade.

Gisele relatou um episódio em que uma mãe com gêmeas ficou por uma semana na rua, até que ela mesma teve que intervir, entrando em contato com a Câmara Municipal e pedindo ajuda para conseguir uma vaga na Vila Reencontro. Mesmo assim, a vaga foi negada devido a questões políticas internas, o que ela considerou um problema grave que afeta diretamente a população em situação de rua. Além disso, Gisele trouxe à tona a situação de monitoramento dos serviços, como o teto pop. Segundo ela, muitos relatos apontam que quando há vagas, elas só são oferecidas após às 17h, deixando mães com crianças em situações precárias durante o dia. Ela criticou o tratamento dado pela gestão, que, na sua opinião, está tratando a população em situação de rua de maneira desrespeitosa, como se fossem "zumbis", pois as vagas, quando disponíveis, são apenas para o período da noite.

Gisele questionou o que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) está fazendo em relação a essas denúncias e demandas, principalmente no que diz respeito ao monitoramento da situação, que ela considera precária. Ela destacou que a situação está cada vez mais difícil e que a resposta das autoridades está longe de ser adequada, e destaca também sobre o 156 e o atendimento da SEPAS.

André Aio iniciou sua fala trazendo um esclarecimento sobre uma situação envolvendo um amigo seu, que é beneficiário do aluguel social. Ele relatou que, na quarta-feira anterior, teve uma reunião com uma equipe de atendimento da Diagonal, que atende esse amigo. Ele reside em um imóvel localizado no Bexiga, mas está sendo perseguido tanto pelos moradores quanto pelo dono do imóvel e pela Diagonal. Para constatar a situação, André passou alguns dias na residência e confirmou que o local é insalubre e com condições precárias. A rede elétrica da pensão estava com ligações clandestinas, o que representa um risco iminente de choques elétricos. Além disso, observou que pessoas estavam utilizando substâncias dentro dos quartos e notou outras várias problemáticas no local.

André relatou que seu amigo, Cláudio, está sendo impedido de permanecer na pensão, pois o dono do local solicitou o quarto de volta. Depois de conversas, foi acordado que Cláudio poderia retornar caso se internasse, mas o grande problema agora era a Diagonal, que não estava aceitando manter Cláudio no programa. Ele contou ainda que a assistente social da Diagonal, Daiane, informou que a Diagonal estava impedida de fazer qualquer transferência ou inclusão de novos beneficiários até dezembro. Quando André questionou o motivo dessa paralisação, a assistente social não quis fornecer mais informações, o que levantou suspeitas sobre possíveis irregularidades na gestão da Diagonal.

André também fez uma conexão com uma denúncia feita anteriormente sobre pessoas que ingressaram no programa de auxílio reencontro e acabaram retornando à situação de rua, especificamente um grupo de cinco pessoas no hotel Vitória. Ele afirmou que as alegações da Diagonal de que acompanhavam todos os beneficiários eram mentirosas, já que seu amigo estava praticamente morando na rua, com o contrato garantindo apenas 30 dias de permanência na pensão, até 14 de junho. André finalizou questionando o papel da assistência social, destacando que, se uma pessoa está dentro do programa da Diagonal, a assistência deveria estar comprometida em resolver a situação do beneficiário, e não o retirar do benefício e deixá-lo na rua.

Karen pede para que André conclua sua fala, pois já havia excedido o tempo.

André pontua sobre o relato bem forte e claro sobre a situação do Cláudio. Parece que Claudio passou por várias dificuldades e estava começando a se estabilizar, mas a interferência negativa de outras pessoas,

somada à falta de apoio da Diagonal, realmente agravou a situação dele. Fica claro que a Diagonal, ao invés de oferecer soluções para os desafios que ele enfrenta, opta por uma abordagem punitiva, ignorando o contexto e as necessidades reais de quem está tentando sair da rua. A forma como Claudio foi tratado, com essas interferências externas e a falta de ações adequadas da assistência, realmente reflete a negligência de quem deveria estar dando o suporte necessário. O paralelo que você fez com o "macaco e a banana" é uma metáfora bem impactante para mostrar como a situação está sendo mal gerida e como ele, em vez de ser ajudado, está sendo colocado em uma situação ainda mais difícil. Além disso, a Diagonal só voltará a funcionar plenamente em dezembro, o que só agrava ainda mais a situação de quem está precisando de ajuda urgente. Essa falta de sensibilidade e a ausência de ações de suporte para pessoas como o Cláudio, que estão em processo de recuperação, acabam prejudicando ainda mais quem já está em vulnerabilidade.

Karen respondeu a André destacando a importância de manter o foco na pauta da reunião, mas também reconheceu que as denúncias trazidas eram válidas. Karen também reforçou a necessidade de não sair do foco principal da reunião, sugerindo que a conversa sobre a "lei de banana" fosse abordada posteriormente.

A seguir, Karen pediu para Thaís falar, aproveitando o momento em que o microfone dela já estava ligado, para garantir que a sequência da reunião fosse mantida sem interrupções.

Thaís começou sua fala repassando uma orientação da coordenação, explicando que, a partir de agora, todas as demandas e pautas discutidas nas reuniões do subcomitê precisam ser formalizadas através de um processo documentado, chamado processo SEI, ela destacou que, devido ao volume de demandas e à participação variável de suplentes e titulares, muitas questões acabam se perdendo no caminho, e por isso a documentação formal é essencial para garantir que todas as demandas sejam tratadas corretamente. Ela também explicou que há questões que não são diretamente da responsabilidade da sua coordenação, como a Vila Reencontro e outros programas que estão sob a gestão de outras coordenações. Thaís enfatizou a necessidade de levar essas demandas diretamente às pessoas responsáveis por essas áreas, com respaldo e documentação apropriada.

Thaís afirmou que, sem um processo formalizado, as demandas podem ser facilmente esquecidas, já que há muitas outras questões sendo tratadas, e a simples gravação de reuniões não é suficiente para formalizar essas situações. Para garantir que tudo seja registrado corretamente, ela pediu que as demandas sejam formalizadas por escrito, através de um processo SEI, o que dará mais estrutura e responsabilidade a todas as ações.

Além disso, Thaís mencionou que, a partir de segunda-feira, todas as demandas que surgirem a partir dessas reuniões serão encaminhadas diretamente ao gabinete da secretária, o que promete tornar o processo mais eficiente, pois as demandas passarão pelo crivo da secretária e terão uma resposta mais célere. Ela pediu a colaboração das pessoas presentes para enviar todas as demandas formalmente, seguindo a orientação da coordenadora, para garantir que as ações sejam tomadas de forma organizada e eficaz.

André informa que é documentado e se tem a gravação

Thais informa que não é uma simples gravação e que as denúncias precisam estar em um processo SEI, no papel e documentado, para que consiga assim levar adiante.

Gisele Abreu compartilhou uma série de preocupações e relatos sobre o atendimento à população em situação de rua e as falhas no processo de abordagem. Ela mencionou que, em uma situação recente, uma mãe teve que ameaçar quebrar tudo para conseguir a vaga, após passar cinco dias em um centro, devido à falta de respostas adequadas da equipe. Segundo Gisele, a situação já estava insustentável, e a equipe precisava agir mais rapidamente, fiscalizando e monitorando as abordagens. Ela destacou que os moradores da rua, assim como os habitantes da Vila, estão sendo cobrados, mas não estão recebendo o suporte necessário. A fiscalização das abordagens e a responsabilidade das equipes técnicas, segundo Gisele, precisam ser mais rigorosas, principalmente em relação às falhas nos processos, como o registro de dados de indivíduos que não são atendidos ou levados para os locais de acolhimento, apesar de fornecerem suas informações.

Ademais, Gisele criticou a falta de um protocolo formal para os dados coletados pelas equipes de abordagem. Ela questionou o motivo pelo qual as pessoas não estão recebendo o protocolo após o fornecimento de suas informações, o que dificulta o acompanhamento e o acesso ao auxílio. Ela também mencionou que, quando a abordagem ocorre, não são os técnicos que procuram as pessoas em situação de rua, mas, sim, os próprios poprua que buscam ajuda das equipes, o que torna o processo ineficaz.

Gisele também solicitou que fosse dada mais atenção à fiscalização do **Centro Pop** e do **Anhangabaú**, onde, segundo ela, não há vagas disponíveis após as 10h, fazendo com que as pessoas precisem retornar às 17h, o que ela considerou um absurdo. Ela afirmou que, quando uma pessoa liga para o serviço, um protocolo deve ser gerado, e as equipes de abordagem devem fornecer esse protocolo para a população, mas isso não estava acontecendo corretamente. Ela também destacou que é necessário tratar de forma diferenciada pessoas em situações mais vulneráveis, como mães com crianças, pessoas solteiras ou pessoas LGBT. Essas comunidades, segundo Gisele, estão sendo negligenciadas e estão cansadas de ser ignoradas. Gisele ressaltou que as pessoas estão sofrendo violência e, com isso, gerando ainda mais violência, já que não estão sendo ouvidas nem atendidas.

Por fim, Gisele criticou a falta de ação da secretária, que, segundo ela, estava ciente da situação há mais de um mês, mas não tomou as providências necessárias, o que contribuiu para o agravamento da crise enfrentada pelas pessoas em situação de rua.

Thais explicou que, matematicamente falando, há uma demanda maior do que a quantidade de vagas disponíveis. Ela não afirmou que há poucas vagas, mas ressaltou que a demanda é, de fato, superior. Segundo ela, quem realiza a fiscalização dos serviços são o Centro Pop e o CREAS, que vão até os locais para verificar, por exemplo, se a quantidade de camas está sendo devidamente ocupada — como foi apontado em uma reunião anterior, onde se mencionou a existência de camas vazias. Ela destacou que a fiscalização é responsabilidade do CREAS ou do Centro Pop, que realizam essa verificação in loco. A Secretaria, por sua vez, mantém uma agenda de visitas aos Centros Pop e aos serviços de acolhimento, com o objetivo de acompanhar e entender se tudo está funcionando como deveria. Thais frisou que as constatações não podem ser apenas verbais, pois é necessário que tudo esteja devidamente documentado.

Thais reforçou que, uma vez que as informações estejam formalizadas por escrito, elas serão encaminhadas ao Centro Pop, à gerência do serviço e, posteriormente, à equipe técnica, que então poderá responder com propriedade. Com isso, a Secretaria também poderá oferecer um retorno com base em dados concretos. Por fim, Thais afirmou que, a partir do momento em que o Gabinete passar a acompanhar mais de perto determinadas questões, haverá uma melhora no processo.

Roberta Cristina expressou preocupação em relação ao fluxo de encaminhamentos e à entrada das demandas por meio do processo SEI, como sugerido por Thais de SMADS, destacando que a presença da Secretaria de SMADS pode atuar como uma facilitadora nesse processo, especialmente no que se refere ao encaminhamento de denúncias. Ela sugeriu que, caso seja necessário, seja feita uma revisão das atas para que as denúncias anteriores possam ser devidamente encaminhadas. Ressaltou ainda que a atribuição da análise e fiscalização deve ser feita pela SMADS, considerando que esses serviços são de competência desse órgão.

Roberta apontou que, anteriormente, havia um prazo de resposta mais rápido e prático. No entanto, com a burocracia envolvida no Processo SEI, os prazos chegam a ser de até 30 dias, o que é preocupante diante da urgência de muitos casos. Ela sugeriu que as atas sejam utilizadas como registros legais e inseridas no SEI como documentos formais de encaminhamento das denúncias. Destacou também a necessidade de pensar em um novo fluxo de encaminhamento das denúncias no âmbito do colegiado, em articulação com os conselheiros e representantes do governo. Para ela, o fluxo atual, via Processo SEI, não é o mais viável diante da crescente demanda relacionada à zeladoria urbana e a diversos serviços.

Roberta reforçou que o tempo de resposta é demorado, mesmo quando as informações são compartilhadas, e isso a preocupa especialmente em situações que exigem visitas técnicas ou fiscalizações relacionadas a possíveis violações de direitos em serviços de acolhimento. Segundo ela, abrir um processo e aguardar o prazo para que uma visita ocorra não condiz com a urgência da maioria dos casos. Como sugestão, propôs a realização de uma reunião fechada com os conselheiros e representantes do governo para discutir o fluxo e o

direcionamento adequado dessas denúncias. Finalizou destacando que as atas são registros formais de denúncias e encaminhamentos, e que é necessário realizar um levantamento para verificar se essas informações estão devidamente registradas em processos.

Gisele Abreu esclareceu que não havia terminado sua explicação anterior para Thais e destacou uma preocupação específica: segundo o que foi dito, o Centro Pop seria monitorado pelo próprio CREAS ou pela própria entidade executora. Para Gisele, isso levanta um questionamento importante sobre a eficácia desse processo, já que, conforme apontou, não é possível haver uma fiscalização verdadeira quando os próprios responsáveis pela execução também são os responsáveis pelo controle. Ela enfatizou que o que se busca é apenas transparência e dados concretos. Ressaltou que qualquer pessoa, ao caminhar pelas ruas ou visitar os serviços, percebe que a qualidade do atendimento é precária. Gisele alertou para o agravamento da violência entre os usuários, afirmando que a situação tende a piorar ao ponto de ocorrerem tragédias, com um usuário podendo matar outro — e que isso já estaria se refletindo no aumento dos episódios de violência nos serviços. Ela criticou a postura de responsabilização da população em situação de rua, apontando que muitas vezes os usuários são vistos como os culpados, enquanto os funcionários permanecem resguardados, trabalhando internamente e, segundo ela, muitas vezes apenas atrás dos computadores. Gisele pontuou que a "central" (referindo-se possivelmente à central de acolhimento ou ao serviço centralizado) não está sendo devidamente monitorada e que é urgente implementar uma fiscalização concreta, transparente e com caráter de urgência. Reforçou que a população em situação de rua está sendo negligenciada, ficando vulnerável às drogas e ao álcool, enquanto busca acolhimento e tratamento digno. Segundo ela, muitas vezes, esse acolhimento só ocorre quando o caso ganha visibilidade pública, seja por meio de autoridades ou por exposição em redes sociais como Instagram e Facebook — questionando, inclusive, por que esse tipo de visibilidade é necessário para que algo seja feito. Gisele sugeriu que seja feita uma avaliação crítica desse cenário e defendeu que os responsáveis pelos serviços também devem ser responsabilizados, inclusive criminalmente, quando há negligência ou omissão. Apontou que, assim como a população é responsabilizada por episódios de violência (com registros de notas e boletins feitos pela equipe da SMADS), os gestores e técnicos dos serviços também devem prestar contas. Ela finalizou dizendo que a situação exige urgência, e que é necessária uma equipe própria de fiscalização para esses casos. Demonstrou ceticismo quanto à eficácia dos protocolos formais, como abertura de processos, pois teme que tudo acabe esquecido ou engavetado. Para ela, é preciso realizar uma reunião específica para tratar do tema com seriedade.

Karen passou a fala para André:

André Aio solicitou a palavra para fazer um conjunto de questionamentos à Thais, destacando a importância de se abordar problemas concretos relacionados ao atendimento prestado à população em situação de rua. Ele ressaltou que, embora pudesse fugir um pouco do tema central da reunião, considerava que as situações relatadas exigem resposta, principalmente considerando que Thais representa a Secretaria responsável por diversas frentes de atendimento. André afirmou que a equipe do CES (Centro de Educação em Saúde), especialmente a que atua na região da República, não está realizando adequadamente seu trabalho. Segundo ele, já presenciou funcionários atuando de forma negligente durante o expediente, deixando de acolher as pessoas em situação de rua e dedicando-se a outras atividades não relacionadas. Disse ainda que pretende registrar essas ocorrências por meio de fotos, pois considera inadmissível que servidores públicos pagos com dinheiro da prefeitura não estejam cumprindo sua função com seriedade. Ele relatou que o problema se estende também ao Consultório na Rua e às equipes ligadas à Subprefeitura da Mooca. Segundo André, essas equipes não realizam abordagens adequadas, são agressivas, ignorantes e, em muitos casos, só atendem a população se estiverem acompanhadas por uma viatura da GCM. Para ele, isso demonstra um ambiente de desconfiança e hostilidade que, em vez de promover acolhimento, acaba gerando conflitos. Afirmou que, durante o período em que viveu em situação de rua na região da Patriarca, nunca presenciou agressões por parte da população em situação de rua contra funcionários. Na visão de André, quando há reações agressivas por parte dos usuários, isso é consequência direta da forma como são tratados: com truculência, desrespeito e descaso. André também relatou que, mesmo acolhido no Hotel Social Vitória, foi negado a ele o atendimento do Consultório na Rua sob a justificativa de que, por estar em um hotel, já não se enquadrava como em situação de rua. Ele questionou essa prática, afirmando que o direito ao atendimento deve ser garantido mesmo dentro de equipamentos de acolhimento. Reforçou a importância de uma fiscalização mais rigorosa, tanto por parte da SMADS quanto da Secretaria Municipal da Saúde. Criticou diretamente a atuação de uma equipe específica do Consultório na Rua vinculada à UBS do

Brás (próxima ao Hotel Vitória), afirmando que essa equipe compromete o bom trabalho desenvolvido pela organização BOMPAR, a qual, segundo ele, sempre prestou atendimento de forma ética e acolhedora. Para André, essa equipe específica age com agressividade verbal e desrespeito, tanto no atendimento direto quanto no acolhimento de pessoas oriundas do Hotel Vitória.

Outro ponto levantado foi sobre as Vilas Reencontro. André apontou que há contêineres vazios nessas unidades, enquanto pessoas em situação de rua continuam sendo informadas de que não há vagas. Disse que a própria Gisele, beneficiária do programa, já relatou esse problema publicamente. André também compartilhou a tentativa frustrada de conseguir vaga para um casal na unidade do Anhangabaú, sendo informado de que só havia disponibilidade no Pari. O casal recusou a vaga por questões logísticas, pois seus filhos estudam no centro da cidade. Ele questionou quem seria, de fato, o responsável pela coordenação das Vilas Reencontro, uma vez que Thais afirmou que essa função não cabe a ela. Para André, é importante saber quem responde por essa política para que as cobranças e denúncias sejam corretamente direcionadas. Por fim, relatou sua experiência no Hotel Social 9 de Julho, voltado ao público LGBTQIA+. Disse que esperou nove meses para conseguir uma vaga e só teve acesso por meio de decisão judicial. Ao ingressar, constatou que havia apenas 18 pessoas acolhidas, mesmo o espaço tendo capacidade para 60, o que reforça a preocupação com a má gestão de vagas. André encerrou sua fala pedindo que Thais esclareça todos esses pontos, destacando que, mesmo que ela não seja responsável direta por determinados programas, representa um espaço de escuta e articulação importante e, portanto, deve dar encaminhamentos ou indicar os responsáveis para que os problemas relatados sejam devidamente apurados.

Thais Silva dos Santos sugeriu a realização de uma reunião entre os presentes, com o objetivo de alinhar o fluxo de encaminhamentos. Ela pontuou que entende a importância da ata, mas ressaltou que a ata é, essencialmente, um registro do que foi dito durante a reunião, não sendo o instrumento mais adequado para formalizar a criação de um fluxo de atendimento. Thais explicou que a elaboração de um fluxo estruturado deve ocorrer por meio de expediente formal, o que exige um momento específico para que todos possam se debruçar sobre o tema e discutir conjuntamente as possibilidades. Encerrou reforçando a necessidade de sentar-se com o grupo para construir esse encaminhamento de maneira apropriada.

Roberta destacou que, diante da complexidade do tema, pode ser inviável dar os devidos encaminhamentos a partir daquela reunião, pois a coleta das denúncias, segundo ela, é de responsabilidade do Centro POP e da Ouvidoria de Direitos Humanos. Reforçou que são esses órgãos que devem reunir as informações necessárias e fornecer os esclarecimentos cabíveis. Ela chamou atenção para o fato de que é necessário formalizar os relatos por meio de processos, com dados concretos e juridicamente válidos. No entanto, questionou também quais seriam exatamente esses dados, já que muitas informações foram apresentadas na reunião, mas, na prática, não resultam em visitas técnicas nem em encaminhamentos efetivos. Pontuou ainda que há registros que chegam a ser inseridos no sistema SEI, mas que não são continuados ou acompanhados adequadamente.

Roberta lembrou que existe um histórico de deliberação do Comitê de Políticas para a População em Situação de Rua, que prevê a presença da SMADS como facilitadora no processo de monitoramento e fiscalização. Por isso, manifestou preocupação com a formulação de propostas sobre encaminhamento de denúncias sem que essas passassem previamente por deliberação no Comitê. Na visão dela, esse procedimento pode comprometer a legitimidade das decisões e atrasar ainda mais os fluxos necessários. Diante disso, sugeriu a realização de uma reunião específica, com a participação da Secretaria de Direitos Humanos e representantes do governo, e que, posteriormente, esse grupo apresente as propostas ao pleno do Comitê, para que possam ser votadas e deliberadas de maneira formal.

Thais lembra que já havia ocorrido uma reunião anterior sobre o tema, mas que, na visão dela, não foi possível concluir pontos importantes. Por isso, reforçou a necessidade de uma nova reunião para pactuar responsabilidades: quem deve abrir os processos, quem deve receber e tratar as denúncias — se será a Ouvidoria ou outro setor —, destacando que esse é o fluxo orientado pela coordenação da qual faz parte, e que precisa ser seguido. Thais pontuou que alguns processos demandam tempo e que esse ritmo não é culpa de indivíduos específicos, mas sim uma característica natural dos trâmites que envolvem diferentes secretarias e áreas com grandes demandas. Reforçou que todos os envolvidos estão empenhados, mas que é necessário respeitar os prazos institucionais. Ainda assim, destacou que é possível, sim, sentar-se com os

envolvidos e estruturar um fluxo claro e formal. Em seguida, fez um esclarecimento importante a respeito da estrutura hierárquica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Explicou que o gabinete da SMADS supervisiona as supervisões de assistência social (SAS), que por sua vez fiscalizam e orientam os CREAS e Centros POP. Estes, então, acompanham e direcionam os serviços da rede, como os SEAS, centros de acolhida, entre outros equipamentos. Trata-se, segundo ela, de uma escada hierárquica em que cada nível tem responsabilidade sobre o anterior e o seguinte. Respondendo ao questionamento feito por André sobre quem é responsável pelas Vilas Reencontro, Thais informou que a gestão dessas unidades não está sob sua coordenação, mas sim sob responsabilidade do Núcleo de Desenvolvimento Social (NDS). Explicou que sua área específica é a Coordenação da Proteção Social Especial, que trabalha com equipamentos e serviços de acolhimento, especialmente em situações em que há rompimento de vínculos familiares e sociais, como no caso de pessoas em situação de rua.

Thais disse não ter em mãos o nome da pessoa responsável pelo ONDS naquele momento, mas se comprometeu a buscar essa informação posteriormente. Reforçou, contudo, que o envio de **fluxos e documentos formalizados** é fundamental para garantir que as demandas cheguem aos setores certos, pois uma vez que o documento está no "ponto" (sistema interno) do servidor responsável, ele não pode ignorá-lo — terá que responder oficialmente dentro de um prazo. Por fim, sugeriu que essa pessoa do ONDS possa ser convidada para uma próxima reunião, caso haja disponibilidade em sua agenda. Ainda que a resposta não seja imediata, reafirmou que o registro documental garante o acompanhamento e o devido encaminhamento, finalizando com a ênfase de que a formalização é essencial para a responsabilização institucional.

Palavra passada para conselheira Gisele:

Gisele fez uso da palavra para expressar seu descontentamento com a atuação da Secretaria responsável pela política para a população em situação de rua, apontando que, apesar de estar à frente da pasta há cerca de cinco meses, a atual gestão não tem demonstrado efetividade na resposta às demandas. Segundo Gisele, a secretária raramente sai do gabinete e, quando o fez há dois meses, teria prometido uma série de ações que não foram cumpridas até o momento. Ela criticou a ausência de devolutivas às demandas encaminhadas pelo Comitê Pop Rua e afirmou que a população em situação de rua está “cansada de tanto descaso”. Gisele pontuou que os processos burocráticos e os registros em papel são lentos, e que os dados coletados nas visitas aos hotéis sociais não têm gerado resoluções práticas. Segundo ela, o trabalho realizado pela secretaria tem se mostrado ineficaz. Ainda durante sua fala, Gisele afirmou que, ao assumir a pasta, a secretária já sabia da complexidade e do volume das demandas, e que o mínimo esperado era uma postura mais ativa e comprometida com o enfrentamento das questões apresentadas pela população em situação de rua. Ela reforçou que as queixas são recorrentes e que as respostas seguem vagas e sem encaminhamentos concretos, citando o caso da usuária Jordana e de outras famílias que teriam sido desligadas do programa de forma arbitrária.

Gisele também apontou supostas irregularidades na atuação da organização Diagonal e do núcleo responsável pela gestão da Vila Reencontro, afirmando que a falta de investigação rigorosa tem prejudicado famílias inteiras, muitas das quais já retornaram às ruas. Mencionou que o programa tem altos investimentos públicos e que há contêineres ociosos, enquanto pessoas seguem sem acesso à moradia. Ela alertou que se a secretaria continuar sem apresentar respostas concretas, os encaminhamentos poderão ser feitos diretamente a órgãos como o Ministério Público. Gisele sugeriu a criação de uma equipe efetiva de escuta e resolução, afirmando que o atual modelo tem apenas empurrado os problemas de um setor para outro, sem resultados práticos. Por fim, pediu urgência no envio de um relatório à coordenação competente e cobrou a presença ativa da liderança da Secretaria no território. Segundo ela, é fundamental que os gestores deixem seus gabinetes e ouçam diretamente as pessoas afetadas, pois a população está “morrendo pedindo socorro”, e não pode continuar sendo ignorada.

Durante a reunião, Silvana questionou André Aio se a denúncia apresentada por ele se referia à região da Mooca. André confirmou que sim, informando que a situação denunciada está localizada na área de abrangência da Subprefeitura da Mooca. Em resposta, Silvana afirmou que entrará em contato diretamente com os interlocutores responsáveis pela região e se comprometeu a fornecer uma devolutiva por escrito sobre o encaminhamento da demanda.

Cleiton Ferreira iniciou sua fala agradecendo e desejando boa tarde a todos. Para quem não o conhecia, se apresentou como Cleiton Ferreira, também conhecido como Dentinho, redutor de danos, trabalhador no Centro de Convivência É de Lei, e, que atua na região central há mais de 26 anos no cuidado em liberdade para pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Desde o início, pediu desculpas a todos os conselheiros e às pessoas presentes pelo atraso, explicando que estava envolvido em atividades relacionadas ao movimento negro. Enquanto ouvia o posicionamento dos conselheiros e os pontos que estavam sendo tratados, Cleiton refletiu sobre algumas questões que vinha pensando no caminho até o local. Destacou a expansão emergente de pessoas em situação de vulnerabilidade em diversas localidades da região central e nos pontos periféricos da cidade, assim como o crescimento das demandas que os equipamentos públicos não têm conseguido atender, seja no suporte necessário, seja na aquisição de auxílios e outras necessidades básicas. Ressaltou a existência de um decreto estipulado na Casa da Cidade Urbana e afirmou ser de extrema importância o chamamento da Secretaria de Segurança Urbana. Enfatizou que essa Secretaria, há muito tempo, não está mais presente no comitê, e que antigamente havia um representante que participava e trazia questões relacionadas à segurança. Cleiton afirmou que existem inúmeras denúncias e que o posicionamento das forças de segurança, como a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Polícia Militar, tem sido de enfrentamento e violência contra a população de rua. Por isso, sugeriu o chamamento da Secretaria de Segurança para explicar os seus porquês e propôs que esse diálogo ocorra em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, principalmente sobre as violações recorrentes.

No segundo ponto, Cleiton abordou as violências nos equipamentos públicos e a situação do auxílio moradia. Mesmo reconhecendo que não era o tema da pauta, sentiu-se na obrigação de falar como alguém que também é atendido pelo sistema e que atualmente mora em uma república. Segundo ele, há um desmonte claro nas políticas de moradia, principalmente para as pessoas em extrema vulnerabilidade. Lembrou que, desde sempre, ao relatar essas questões no comitê, já se apontava o desalinhamento no acesso ao auxílio moradia. A situação atual só confirma esse problema, pois, de acordo com Cleiton, a gestora Diagonal, responsável pelos encaminhamentos, estava destinando as pessoas para locais que não prezam pela dignidade de vivência — como cortiços. Ele reforçou que, embora não tenha nada contra esse tipo de moradia, acredita que, para pessoas com histórico de vulnerabilidade extrema, esses locais não representam um cuidado, mas sim mais desorganização em suas vidas. Ressaltou que há diferentes perfis de pessoas: aquelas em situação de rua, outras organizadas nos equipamentos, e algumas, como ele próprio, que estão em um processo de reorganização, com condições de pagar parte da moradia, desde que pudessem receber o auxílio. No entanto, segundo Cleiton, essa proposta é descartada, e ele falou com propriedade por ter vivenciado essa situação. Contou que os imóveis que foi visitar não representavam um lugar melhor para morar, mas sim espaços de acúmulo de pessoas. Por conta disso, muitas pessoas acabam voltando para os albergues, que, segundo ele, não são moradias. E, como reflexo da falta de estrutura e de políticas efetivas, muitas pessoas acabam sendo obrigadas a se internar. Sobre o uso de substâncias psicoativas, Cleiton concordou com a fala de outro conselheiro, André, dizendo que esse é um tema relativo. Ressaltou a existência de acompanhamento feito por trabalhadores da assistência e da saúde, que atuam com responsabilidade e cuidado, compreendendo essa nova vivência das pessoas. Para ele, o problema não é o comportamento das pessoas em si, mas sim a falta de estrutura e de políticas que garantam acesso ao CAPS e a centros de convivência com atividades que permitam uma vida mais digna. Segundo Cleiton, os recursos públicos que deveriam garantir direitos estão sendo investidos no descarte humano, em vez de serem usados para cuidado e acolhimento. Propôs, então, o encaminhamento da questão para reunião ordinária, para que sejam convocadas as pessoas responsáveis, uma vez que a gestora Diagonal já foi desativada e a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) não tem dado respostas concretas.

Por fim, Cleiton alertou sobre a forma como se fala dos trabalhadores da ponta. Disse que há inúmeras denúncias de que esses trabalhadores estão sendo ordenados, pelas gestões internas das secretarias, a agir de forma contrária ao cuidado, promovendo internações forçadas e devoluções das pessoas às ruas, ao invés de oferecer acolhimento. Ressaltou que muitos desses trabalhadores também vêm da periferia, e talvez não tenham tido formação suficiente, mas que isso não justifica a precarização do trabalho e do atendimento. Afirmou que a gestão tem ordenado ações que não alinham com o cuidado em liberdade e que a problemática está, sobretudo, na má gestão e na falta de comunicação entre as secretarias. Reforçou que a Secretaria de Direitos Humanos é a menor de todas e que isso simboliza o descaso institucional. Ainda, declarou que os trabalhadores da ponta seguem acreditando no cuidado em liberdade e estão abertos à

construção conjunta de boas práticas. Cleiton Ferreira agradeceu e pediu desculpas por ter ultrapassado o tempo de fala.

Karen informou que todos os encaminhamentos foram registrados, inclusive o que foi proposto por Cleiton Ferreira para que determinadas questões fossem deixadas para discussão em reunião ordinária, com o objetivo de convocar equipes específicas que possam fornecer as devidas respostas. Em seguida, perguntou se mais alguém teria algo a acrescentar antes do encerramento da reunião.

Nesse momento, André Aio pediu a palavra, desculpando-se por interromper e informando que precisaria se retirar da reunião devido a um compromisso. Ele solicitou que a ata da reunião fosse enviada posteriormente ao seu e-mail.

Karen respondeu que as atas são sempre enviadas por e-mail, inclusive para aprovação antes da publicação em Diário Oficial. Ela complementou dizendo que, caso o e-mail de André Aio não tenha sido alterado, ele continuará recebendo as informações normalmente. E, se for necessário, também é possível solicitar a impressão e entrega do documento. Ao final, Karen reiterou que a reunião estava sendo finalizada e, como não houve mais contribuições, encaminhou o encerramento dos trabalhos.

Gisele questionou se Thaís poderia articular para que alguém da NDS (Núcleo de Desenvolvimento Social) fosse indicado como representante para trazer informações relacionadas à Vila Reencontro. Além disso, sugeriu que, em relação às vagas disponíveis, o POT. (Programa Operação Trabalho) poderia formalizar um pedido para encaminhamento. Sugeriu que, como Thais já estava presente na reunião, seria mais prático que ela mesma fizesse o encaminhamento necessário. Propôs que Thais fizesse um convite a algum representante da NDS, que está à frente do auxílio da Vila Reencontro, para comparecer ao comitê e explicar a situação atual.

Gisele relatou que há muitas dúvidas e receios entre os beneficiários do auxílio. Segundo ela, há pessoas que não estão recebendo o benefício e outras que têm receio quanto à continuidade do programa. Disse ter ouvido que a organização Diagonal já não possui mais parceria com a SMADS e que há informações desencontradas: alguns dizem que o auxílio será retomado em dois meses, outros afirmam que foi encerrado definitivamente. Mencionou também casos específicos, como o de Jordana e da equipe da CR, que acompanham moradores nos prédios vinculados ao programa, incluindo os localizados na região central. Ressaltou que muitos estão preocupados, com medo de perder o auxílio, principalmente após o rompimento do contrato com a Diagonal. Segundo relatos de usuários, houve uma reunião recente nos prédios da Vila Reencontro no Itaim, onde foi dito que a Diagonal não está mais capacitada a atuar, e que apenas em dois meses haveria alguma retomada. Diante da insegurança instalada, Gisele sugeriu que seria importante que um representante da Diagonal participasse da próxima reunião do comitê, prevista para o dia 4, a fim de prestar esclarecimentos. Finalizou reiterando o pedido para que Thais formalize o convite à organização responsável.

Cleiton Ferreira solicitou a palavra antes do encerramento da reunião, destacando a relevância da preocupação trazida por Gisele. Para ele, essa é uma questão muito séria, considerando que diversas pessoas estão se organizando e, ao mesmo tempo, vivenciando um descarte histórico de políticas públicas. Reforçou que há uma demanda clara por respostas e apontou um ponto importante que não pode passar despercebido: a ausência de explicações da SMADS em relação ao último eixo do atendimento, que é a locação social. Mencionou que, salvo engano, o projeto foi inicialmente previsto para atender vilas reencontros, com a articulação do auxílio família, auxílio moradia e locação social — este último, até o momento, não teria sequer saído do papel. Ressaltou a necessidade urgente de esclarecimentos sobre essa ausência de implementação, destacando que se trata de dinheiro público e em grande volume, o que agrava ainda mais a situação de pessoas desassistidas. Para Cleiton, é fundamental que sejam apresentadas as portarias correspondentes e os fundamentos legais e operacionais dessas ações, pois, segundo ele, a Diagonal se propôs a executar um trabalho que não teve os resultados esperados, chegando ao ponto de perder a execução do projeto. Criticou a SMADS pela falta de respostas concretas, o que, em sua avaliação, exige uma responsabilização e prestação de contas imediata. Para finalizar, Cleiton sugeriu que o comitê trate com seriedade a necessidade de formação para os conselheiros, no sentido de esclarecer quem são os representantes de cada área temática, quais suas atribuições e quais demandas são direcionadas a quem. Segundo ele, isso evitaria misturas de pautas, sobrecarga de conselheiros e atritos desnecessários, uma vez

que todas as demandas trazidas — como as de Gisele, André e outros conselheiros — são legítimas e urgentes. Destacou que Thais abriu um campo importante de diálogo ao propor maior clareza sobre a estrutura do comitê e reforçou que é fundamental saber quem são os responsáveis diretos, a fim de que o comitê possa cobrar com mais precisão e objetividade. Ressaltou que a busca é por esclarecimentos, resultados e responsabilidade no uso do recurso público, afirmando que existem projetos com grande potencial dentro da rede PopRua que poderiam ser bem-sucedidos, caso houvesse melhor comunicação e articulação institucional. Finalizou com um pedido formal ao comitê: que se organize uma formação voltada aos conselheiros sobre as políticas públicas envolvidas, as responsabilidades de cada pasta e os fluxos de atendimento, para garantir maior efetividade e organização nas próximas deliberações.

Antes do encerramento, Gisele Abreu pediu a palavra e relembrou que, na reunião anterior do comitê, realizada no mês passado, a própria representante da Secretaria, Regina, havia se proposto a organizar uma reunião específica com os conselheiros. Sugeriu, portanto, que fosse feito o envio de um comunicado ou reforço desse encaminhamento à Regina, considerando que seria muito válido realizar esse encontro prévio com os conselheiros para alinhamento interno.

Gisele também relatou que, naquela mesma segunda-feira, já havia participado de uma reunião com a coordenação e mencionou que uma das coordenadoras — cujo nome não recordava no momento — havia apresentado uma proposta interessante: realizar encontros divididos por áreas temáticas. Segundo ela, nas segundas-feiras, por exemplo, o pessoal da saúde não costuma participar, o que compromete o andamento das discussões. Assim, sugeriu que a agenda fosse organizada em dois encontros distintos: em um dia, pautas envolvendo o POT, e a Vila Reencontro, e em outro, pautas relacionadas à zeladoria e demais frentes. Justificou que, normalmente, os participantes não se dirigem ao comitê apenas para tratar de temas da zeladoria, e que, ao combinar duas pautas em cada encontro, aumentariam as chances de comparecimento efetivo das secretarias envolvidas. Ressaltou que, com essa estratégia, mesmo que uma das pastas não compareça, a outra poderá estar presente, garantindo maior aproveitamento das reuniões. Finalizou agradecendo a todos e se despedindo.

Karen agradeceu a Gisele e informou que será registrado o pedido para que a Secretaria seja comunicada sobre a proposta de realização da reunião com os conselheiros, conforme sugerido. Karen também mencionou que, na reunião anterior, houve uma deliberação similar, onde Mary, representante de SMADS, ficou responsável por agendar uma reunião entre a NDS e o Comitê, mas que esse agendamento não foi realizado até o momento. Ela destacou que, como hoje estava presente a Thais e não a Mary, não se sabe como ficou esse encaminhamento, e sugeriu que o tema fosse registrado novamente para reforçar a cobrança. Também indicou a importância de tentar chamar representantes da NDS para participarem das próximas discussões e debates, ainda que possa ser difícil convidá-los para a próxima reunião ordinária, devido à proximidade da data e possíveis conflitos de agenda das secretarias.

Por fim, Karen questionou Gisele sobre a pauta do POT, perguntou se Gisele acredita que o tema seria mais viável para ser discutido na reunião ordinária presencial ou em uma reunião extraordinária online. Informou que será solicitado à Maria Lúcia, representante da Secretaria do Trabalho, que avalie a possibilidade de realizar uma apresentação, possivelmente com slides, para tornar a exposição mais didática e facilitar o entendimento da população.

Gisele complementou dizendo que, se o pedido for feito diretamente à Secretaria, especificamente ao coordenador Galante, ele deverá garantir a presença de um representante, já que ele costuma sempre enviar alguém para essas reuniões. Gisele também mencionou que, na última reunião, a representante da Secretaria não esteve presente, o que reforça a importância de confirmar a participação para o próximo encontro.

Gisele Abreu comentou que a representante da Secretaria esteve presente anteriormente, porém, devido a determinados acontecimentos, não houve oportunidade para que ela pudesse explicar. Ela acrescentou que, se for feita uma nova convocação, provavelmente a representante virá, o que será importante para proporcionar o esclarecimento necessário. Finalizou agradecendo.

Agradecemos a sugestão apresentada pela senhora Gisele, que se mostrou de grande valia para as discussões. Solicito, agora, a senhora Thais, que prossiga com suas considerações.

Thais Silva afirmou estar acompanhando o chat e, ao observar um comentário da Roberta, fez uma pergunta a ela: Roberta indicou que a responsabilidade de identificar as demandas apresentadas nessas reuniões cabe a eles (SMADS), para a partir disso encaminhar o SEI, respeitando o fluxo. Thais questionou qual seria a função da Secretaria de direitos humanos, nesse processo, o que eles fazem nesse meio, buscando entender melhor para que o trabalho seja realizado de forma satisfatória e as respostas sejam obtidas, evitando que as discussões fiquem sem encaminhamento, Tião, por chat, destacou então que nem o presidente nem o prefeito sabem exatamente qual o papel das secretarias e a interação entre elas.

Thais esclareceu que não é Prefeita e se apresenta como assessora técnica.

Tião comentou que não existe constância nem orientação, destacando que as secretarias não se reúnem ou comunicam adequadamente, o que prejudica a população em situação de rua.

Thais respondeu que talvez Tião tenha confundido, pois a dificuldade maior está na construção de um fluxo documentado e formal sobre denúncias, reclamações e problemas que surgem, e questionou quem deve assumir essa responsabilidade para que haja um fechamento efetivo dessa demanda.

Tião agradeceu.

Gisele interveio para dizer que gostaria de complementar rapidamente.

Thais voltou a falar que o que foi colocado anteriormente não era uma pergunta, mas uma sugestão para reunião.

Gisele esclareceu que a questão levantada por Thais sobre a função da Secretaria foi uma demanda dos conselheiros, e que foi solicitado realizar uma reunião entre Direitos Humanos e SMADS, pois Direitos Humanos pode acolher denúncias e demandas que, em seguida, são encaminhadas para a SMADS. Por isso, há necessidade de formalizar essas denúncias acolhidas.

Gisele finalizou destacando que reuniões e parcerias entre as áreas são essenciais para um trabalho efetivo.

Thais afirmou que pretende propor uma reunião com a NDS para discutir as questões relativas à Diagonal e outras demandas pertinentes, comprometendo-se a agendar uma data com a coordenadora da instituição.

Gisele Abreu manifestou concordância, agradecendo a iniciativa.

Roberta Cristina ressaltou que, no âmbito do Comitê Permanente, a NDS é responsável por analisar os relatórios das reuniões mensais e direcionar os fluxos de denúncias, inclusive aquelas registradas no portal 156, as quais são recolhidas pelos membros presentes e encaminhadas adequadamente.

Karen agradeceu a participação de todos e reforçou que a coordenação de políticas para população em situação de rua se reunirá para dialogar com a SMADS e com a Ouvidoria de Direitos Humanos, visando alinhar o processo de encaminhamento das denúncias. Também mencionou a intenção de analisar decretos e resoluções pertinentes para aprimorar as ações.

Antes do encerramento, Tião solicitou que fosse esclarecido o significado da sigla SEI para os presentes, devido a possíveis dúvidas.

Karen explicou que o SEI é o Sistema Eletrônico de Informações, um sistema de comunicação interna entre as secretarias, onde processos e denúncias são registrados formalmente, garantindo a validação e o acompanhamento das demandas.

Gisele complementou que, apesar das dificuldades de acesso ao sistema, o foco deve ser resolver os casos apresentados, ressaltando que muitas vezes os conflitos são de natureza política ou pessoal entre secretarias, o que impacta negativamente na resposta à população.

Tião comentou sobre a importância da clareza no processo e que a questão de acesso ao SEI já é uma dificuldade enfrentada.

Karen finalizou informando que a ata da reunião será encaminhada por e-mail aos conselheiros, tanto do governo quanto da sociedade civil, para aprovação e posterior publicação em diário oficial.

Gisele acrescentou que a Thais ficará responsável por agendar a reunião com a NDS e manterá a Secretaria informada.

Thais confirmou que marcará uma agenda com a responsável pela NDS, para tratar das pautas definidas.

Karen reforçou que haverá continuidade na comunicação e repasse das informações entre os envolvidos.

Por fim, sendo o que havia para o momento, a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos

	Descrição dos encaminhamentos	Data	Destino
1	Ofício de denúncias e verificar possíveis leis	28/05/2025	Conselheiro Andre Aiô
2	Visita de conselheiros e SMDHC – Rua Coaracy, 227 – Itaim Paulista. Próximo à estação de trem.	28/05/2025	Agendar – Diagonal/ Vila Reencontro SMDHC/ CPPSR
3	Reunião com SMADS e SMDHC	28/05/2025	SMDHC/ CPPSR
4	Formação de conselheiros sobre representantes de governo	28/05/2025	Agendar SMDHC
5	Reuniões Subcomitês 2 por reunião	28/05/2025	Conselheira Gisele/ Reunião
6	Reunião com NDS	28/05/2025	SMADS

Adalberto de Almeida Santos
Coordenador(a) I
Em 25/06/2025, às 17:11.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processos.prefeitura.sp.gov.br, informando o código verificador **128249665** e o código CRC **E4EAD21A**.